

* 8 AGO 1989

Dívida eterna - I

Externo

Valderez F. Fraga JORNAL DE BRASÍLIA

Quem de nós, brasileiros, não anda à procura de alento neste nosso vale de dívidas?

Dívidas de toda extensão e espécie, interna, externa, econômica, financeira, social, ética...

O passado das pessoas e dos povos é um dado confiável. Bom ou ruim, é de inestimável valor para os que desejam legar às gerações futuras um passado que não invabilize as realizações dos mais jovens. Da coragem de assumir erros e de admitir limitações dependem, em grande parte, os acertos futuros.

Relendo o nosso passado em lúcidas reflexões de Anízio Teixeira, verificamos a pertinência de suas preocupações com algumas características de nossa sociedade: um permanente distanciamento entre as situações de direito e as de fato, uma constante dualidade de valores, "valores proclamados versus valores reais". Essas suas conclusões, mais fortes do que lição de um respeitado professor, soam advertência.

Nossa sociedade, em sua busca de representantes que realizem o que proclamam, vem convivendo com proclamas incompatíveis com os mínimos rudimentos de responsabilidade individual e social que o sistema de valores do cidadão comum requer.

Nesta sociedade secularmente colonial, na qual a conceituação de elite continua sinônimo de minoria privilegiada e exploradora, o cidadão comum emerge da multidão ignorante em efêmeros episódios nos quais, esperançoso e otimista, acaba por assumir a triste figura de "eleitor de quem?"

Enquanto proclamações condenam as "élites", o cidadão comum continua ignorado e envolvido em situações curiosas. É somente reconhecido como membro da classe trabalhadora, por exemplo, se não tiver a infelicidade de pertencer à categoria de servidor público.

O cidadão comum continua subestimado também em sua capacidade de julgamento crítico, ao ser exposto a espetáculos de crise de princípios. Quem esquece os freqüentes apelos para que os regiamente remunerados com os parcós

recursos públicos exercitem seus mandatos?

Dentre os investidos em consequência da eficácia de campanhas dispendiosas e determinadas, poucos vêm mantendo o espírito de determinação além dos estreitos limites dos palanques em praça pública.

Gostemos ou não, é a realidade que geramos, por contribuição ou omissão.

Felizmente, Martim Francisco Ribeiro d'Andrade Machado, idealizador da "Reforma dos Estudos da Capitania de São Paulo, em 1816", não vive mais para observar a realidade brasileira. Neste cento e setenta e dois anos de vida, nos despencamos do nobre conceito de "honorário público", segundo Martim Francisco, sinônimo de "alimento da economia do Estado, pela natureza do benefício decorrente", para cairmos no conceito de honorário público sinônimo de predação dos recursos públicos.

A nossa crônica inabilidade administrativa vem mantendo ainda em nível de aspiração valores já expressos por Martim Francisco há quase duzentos anos. A idéia de "sustentação decente do empregado", avaliada pela consideração anexa ao "emprego", é um bom exemplo. Martim Francisco analisou custo/benefício do trabalho público e o classificou como "receita do Estado"... Mas nós, até hoje, justificamos a não-concretização dessas aspirações com a alegação de esvaziamento dos cofres públicos.

É extensa a nossa lista de ineficiências: a injusta distribuição de salários sob amparo legal; o gerenciamento por ensaio e erro; o trabalho de uma maioria com pouco direito à decência, convivendo com a preguiça e a incompetência de alguns, e até mesmo com a irresponsabilidade de uma minoria temperamental e absolutista que decide o que vai receber, para fazer de conta.

Em vão têm sido os alertas quanto à responsabilidade social nos periódicos sobre "educação no Brasil". Elias Sobrinho, em 1978, lembra responsabilidade dos adultos de uma sociedade pela educação das gerações mais jovens

(Durkheim). Alerta ainda, em "Educação e Ideologia", para o dever e a responsabilidade dos dirigentes quanto à educação da sociedade (Ottaway).

Este exercício, porém, é tarefa árdua. Num País onde os emprendimentos são escassos e a regulamentação é abundante, a ação de legislar tem se transformado em revelação de sonhos, formulação de objetivos raramente atingidos e definição de sanções eventualmente aplicadas.

Nossa ineficiência vem extrapolando as consequências esperadas, gerando seqüelas que nos arriscam a cometer injustiças com brasileiros que admiramos pela clarividência.

Será que Anízio Teixeira antecipou-se à nossa crítica situação sócio-econômica ou o nosso comportamento é simplesmente tão previsível quanto o de uma patologia crônica? Será que Martim Francisco realmente formulou, em 1816, princípios educacionais de atualidade permanente ou a conjuntura brasileira não evoluiu da situação provincial da época?

Para Anízio Teixeira, "a escola é uma instituição artificial", logo, gerada à imagem e semelhança da sociedade que a criou. Nesses termos, por mais eficiente que a educação formal conseguisse ser, não passaria de uma parcela do complexo sistema responsável pela educação do povo. Queiramos ou não, desse sistema todos somos agentes e pacientes, independentemente de nossas profissões, atribuições ou classes sociais. Por isto, nosso preconceituoso conceito de elite precisa desvincular-se de elitismo e partir para o respeito a diferentes tipos de formação, cultura, experiência e ocupação das pessoas. Acima de diferenças culturais existem princípios universais de valor inquestionável. Quem discordará que dignidade seja o mínimo aceitável para qualquer cidadão?

□ Valderez F. Fraga é coordenador de Educação e Desenvolvimento Humano do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos (SP)